



Câmara dos Deputados

COMISSÃO DO TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PL 3098/2004 do deputado Sandro Mabel (PR/GO), que acrescenta parágrafo único ao art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a livre estipulação das relações contratuais de trabalho.

Relator: Deputado Vicentinho (PT/SP)

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA

I – RELATÓRIO

Analisa-se o PL 3098/04 que acrescenta parágrafo único e incisos I e II ao art. 444 celetista, para dispor que os contratos individuais de trabalho serão livremente negociados quando o empregado for portador de diploma de nível superior e perceber salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Social e quando o empregado, independentemente do nível de escolaridade, perceber salário mensal igual ou superior a três vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Social.

A matéria encontra-se na Comissão de Trabalho, onde aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Vicentinho (PT/SP), que concluiu pela rejeição do projeto.

É o relatório.

II – VOTO

O autor, ao justificar a proposta, afirma que "dar maior autonomia contratual a trabalhadores mais capacitados não significa subtraí-los da legislação trabalhista. O Projeto que ora se apresenta pretende, tão-somente, oferecer outras opções a esses empregados de alto nível, que podem, inclusive, optar por continuar tendo seus contratos inteiramente regidos pela CLT, se assim lhes convier".

Entendo que a proposta contribui para a modernização do Direito do Trabalho sem reduzir as garantias asseguradas ao trabalhador. O objetivo da lei trabalhista é proteger o empregado que se presume hipossuficiente na relação de trabalho. Não é



Câmara dos Deputados

o caso dos trabalhadores a quem a proposta se dirige, pois pretende excepcionar da rigidez das normas trabalhistas, e de forma opcional, aqueles profissionais com maior capacitação, que vendem sua criatividade, inventividade e inteligência.

Esses profissionais não devem ser tratados como hipossuficientes, pois se diferenciam da grande maioria dos trabalhadores, uma vez que são capazes de negociar, diretamente com seus empregadores, melhores salários, fixação da jornada e condições na prestação do trabalho.

O princípio da isonomia ensina que se deve tratar os iguais de forma igual e os desiguais de maneira desigual, na medida de suas desigualdades. O projeto está em consonância com o princípio constitucional, pois tem o mérito de diferenciar quais trabalhadores prescindem de uma legislação intervencionista, que na tentativa de protegê-los acaba por impedir que estipulem as regras do próprio contrato de trabalho, o que, em muitas vezes é do interesse do trabalhador.

A proposta, portanto, caminha na direção de desburocratizar a legislação celetista, estimulando a livre negociação entre empregados e empregadores nas hipóteses que especifica, motivo pelo qual voto pela aprovação do PL 3098 de 2004.

Sala da Comissão, de junho de 2007.

Deputado Carlos Alberto Leréia